



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RECURSO EM HABEAS CORPUS Nº 141182 - RS (2021/0006197-4)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
RECORRENTE : OSNI QUADROS DE MELO
ADVOGADO : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
RECORRIDO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

DECISÃO

Cuida-se de recurso em *habeas corpus* com pedido de liminar interposto por OSNI QUADROS DE MELO contra decisão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL (HC n. 0092096-29.2020.8.21.7000).

O recorrente foi preso em flagrante e denunciado como incurso no art. 151, § 1º, do Código Penal e no art. 24-A, *caput*, da Lei n. 11.340/06, em concurso material, tendo a custódia sido convertida em preventiva (e-STJ fl. 206).

Sustenta que é primário, não responde a outros processos criminais e aduz que inexistente notícia nos autos de ofensa à integridade física da ofendida, circunstâncias que o autorizariam a responder solto a presente ação penal.

Alega que não estariam presentes os requisitos necessários para a segregação antecipada, previstos no art. 312 do Código de Processo Penal, destacando que a gravidade em abstrato do delito não seria fundamento apto a justificar a medida extrema.

Afirma que a necessidade da custódia deveria ser reavaliada, notadamente diante da pandemia de coronavírus, consoante o disposto na Recomendação CNJ n. 62/2020.

Requer, liminarmente, a concessão de liberdade provisória até o julgamento final do recurso. No mérito, pede o provimento da insurgência para que seja revogada sua prisão preventiva.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito do recurso, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

O aresto recorrido, ratificando a decisão de primeiro grau, deixou assente a necessidade da constrição cautelar, salientando que (e-STJ fls. 211/212):

O modus operandi dos delitos denotam o periculum libertatis do agente e a extrema necessidade de que, nesse momento, seja recolhido junto ao cárcere, principalmente porque o paciente invadiu a casa da vítima, portando facas e causando diversos danos na residência da ofendida.

Gize-se, ademais, que, em se tratando de medidas protetivas e violência contra a mulher, como no caso, a prisão cautelar pode ser decretada ainda que o delito em tese tenha pena inferior a 04 anos, ou seja, o artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal,

não exige que o Magistrado observe o requisito do inciso I, do mesmo diploma legal.

O artigo 313, inciso III, do Código de Processo Penal contempla a hipótese em apreço, autorizando expressamente a prisão preventiva para assegurar o cumprimento de medidas protetivas.

Ademais, no que diz respeito à aplicação da Recomendação CNJ n. 62/2020, ressalte-se que o STJ firmou o entendimento de que a flexibilização da medida extrema não ocorre de forma automática (AgRg no HC n. 574.236/SP, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, DJe de 11/5/2020; e HC n. 575.241/SP, relatora Ministra Laurita Vaz, DJe de 3/6/2020).

Para tanto, é necessária a demonstração de que o paciente preenche os seguintes requisitos: a) inequívoco enquadramento no grupo de vulneráveis à covid-19; b) impossibilidade de receber tratamento no estabelecimento prisional em que se encontra; e c) exposição a mais risco de contaminação no estabelecimento prisional do que no ambiente social (AgRg no HC n. 561.993/PE, relator Ministro Reynaldo Soares da Fonseca, Quinta Turma, DJe de 4/5/2020).

No caso, o recorrente não demonstrou a flagrante ilegalidade do acórdão impugnado, principalmente porque o relator na origem expôs o seguinte (fl. 218):

Por fim, referente ao COVID-19, verifico, de plano, que o paciente não se enquadra nas possibilidades de deferimento, pois, tem menos de 60 anos de idade, não veio aos autos documentação comprobatória de ser este soropositivo, portador de tuberculose, câncer, doenças respiratórias, cardíacas, imunodepressoras ou outras suscetíveis de agravamento a partir do contágio pelo COVID-19.

Não se verifica, portanto, em juízo sumário, o desrespeito à Recomendação CNJ n. 62/2020.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência